

1



2

3

4

5

6

7

8

9

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE
DEFICIÊNCIA - CONADE**

10

11

12

13

**ATA SUMÁRIA DA XLIV REUNIÃO PLENÁRIA
REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 2005**

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

Aos quatro dias do mês de novembro de dois mil e cinco, às nove horas, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, foi realizada a quadragésima quarta reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE. A reunião foi dirigida pelo Presidente do Conselho Prof. Adilson Ventura. **Conselheiros presentes:** O Presidente, Prof. Adilson, iniciou os trabalhos comentando o destaque dado pela Rede Globo na apresentação da novela “América” em que a área da deficiência visual foi enfatizada em primeiro plano, não sendo esquecidas as outras áreas da deficiência, de uma forma ou de outra, todas foram destacadas em entrevistas ou em personagens, ou em situações que chamou atenção para os diversos problemas das pessoas com deficiência no Brasil. Solicitou ao Conselho uma moção de agradecimento à autora Glória Peres, de reconhecimento pela ênfase que ela deu, nesse aspecto de envolvimento com as áreas das deficiências através da novela “América”. Informou que foi prometido um apoio para o tema da próxima conferência que é “Acessibilidade”. A partir de março de 2006, A Globo já começa a divulgar as vinhetas ou o comercial sobre as questões das pessoas com deficiência nas diversas áreas. A Globo torna-se parceira do Conade, das pessoas com deficiência nesse Brasil e se propõe a entrar nesse trabalho de uma maneira muito consistente. Também no ano que vem o CNBB vai adotar como lema do ano da Campanha da Fraternidade, a questão das pessoas com deficiência e isso é um outro ponto que vai ajudar a difundir, a divulgar e a quebrar tabus,

33 na questão dos problemas das diversas deficiências. Dando prosseguimento foi apresentada
34 a pauta do dia para ser analisada tendo que ser priorizados vários assuntos pela extensão da
35 mesma. Foi solicitado que a vice-presidenta, Rita Maria Aguiar, fizesse essa apresentação.
36 A conselheira Izabel ponderou no sentido de que a pauta não teria condições de ser
37 cumprida e solicitou que fossem priorizados os temas que já estavam colocados de pauta
38 anterior. O conselheiro **Marcos Bandeira** (Ministério dos Transportes) disse que gostaria
39 de abordar de uma maneira mais antecipada do que está programada que é no final do dia
40 se fosse possível, o assunto referente à obrigatoriedade de legenda de programa de TV a
41 cabo. Também o conselheiro **Genésio** pediu um tempo no final da pauta para abordar o
42 assunto referente a realização da Conferencia Nacional da Assistência Social, que vai ser
43 em dezembro e o publico deficiente visual e deficiente em geral que está nesse universo da
44 assistência social, que precisa da assistência social é muito grande e a necessidade de que o
45 Conade esteja presente nessa conferencia ao seu ver é imperiosa. Também sobre o ponto
46 colocado pelo conselheiro Marcos Bandeira, acha que todas as vezes que for abordada a
47 questão da telecomunicação ou da comunicação televisiva não deveríamos abordar somente
48 a comunicação para os deficientes auditivos, mas discutir junto com isso a dublagem, que
49 continua esquecida pelos órgãos do governo federal e a auto discição, que não foi
50 esquecida pelo governo federal mas quando se trouxer para o Conade, isso tudo deve ser
51 discutido de uma vez só. A Conselheira Izabel esclareceu que quanto a esse tema, houve
52 uma pequena discordância entre a sua proposta e a do conselheiro Marcos, das legendas e já
53 apoiando também o que disse o conselheiro Genésio informou que foi recebido um e-mail,
54 que é a abertura de consulta pública que o ministério das comunicações está levando a
55 efeito, justamente pra regulamentar as questões relativas a rádio difusão de sons e imagens
56 à televisão brasileira. Ao seu ver o Conselho tem que conhecer esse documento e aí analisar
57 nesse conjunto que foi dito em relação à deficiência auditiva e em relação à deficiência
58 visual. Por isso solicitou que fosse retirado de pauta porque ele ficaria prejudicado por não
59 haver possibilidade de ser estudado no seu contexto completo. A sugestão foi aceita ficando
60 a pauta de acordo como enunciou a Doutora Isabel, com os pontos enfatizados por ela até a
61 carta aberta para o Presidente Lula. O segundo ponto a ser tratado foi a aprovação das Atas
62 42 e 43. A Ata 43 foi aprovada sem ressalvas enquanto que a 42, por solicitação do
63 conselheiro Antonio Carlos Sestaro foi rejeitada por entender que havia necessidade de

64 constar posicionamento da conselheira Cândida, da representante das Apaes e seu próprio,
65 que deveria estar inserido no texto. Neste sentido, foi solicitado à empresa que fizesse uma
66 avaliação completa de toda a gravação, referente a 42ª reunião. O ponto seguinte a ser
67 tratado foi sobre o passe livre. Sr **MAGNO SOARES (Ministério dos Transportes –**
68 **Coordenador Geral do Programa Passe Livre)** – Foi distribuído o material, inclusive
69 com uma parte que está em braile. O material consiste no kit que é distribuído no programa
70 é um material que é enviado pelo correio às pessoas interessadas em se habilitar ao
71 programa. O programa foi lançado em abril de 2001. Ao final de 2001 já tinha distribuído
72 130.000 kits e recebidos 60.000 pedidos de passe livre. Em 2002 já houve uma pequena
73 melhora, passando para 18.000 processos analisados com 38.000 documentos recebidos.
74 Em 2003 houve uma reestruturação do programa. O BENEFÍCIO: O passe livre, a
75 gratuidade no transporte para pessoas portadoras de deficiência comprovadamente, nos
76 transportes interestaduais não dá direito ao acompanhante. Tem-se notado umas certas
77 dificuldades principalmente pra umas determinadas pessoas, como o cadeirante, o
78 acompanhamento dele durante a viagem e o outro é a pessoa com problemas mentais que
79 tem viajado sozinho e tem tido algumas dificuldades durante o transporte. OS MEIOS DE
80 DIVULGAÇÃO. Temos um posto de atendimento aqui em Brasília no Setor de Autarquias
81 Norte e ainda disponibilizamos de uma Caixa Postal, um telefone, um serviço de e-mail e
82 um site na internet onde temos toda a legislação, todos os modelos de requerimento,
83 atestado médico e uma orientação como um todo pra pessoa ter acesso ao programa. As
84 exigências para habilitar o benefício são: Requerimento encaminhado ao Ministério dos
85 Transportes, apresentação de atestado médico caracterizando a deficiência de acordo com a
86 legislação e cópia de um documento de identidade. A carteira do passe livre é um
87 documento que foi desenvolvido, que foi impresso pela Casa da Moeda, com os itens de
88 segurança pra evitar falsificações que infelizmente temos e não são poucas. DO USO DO
89 BENEFICIO. As empresas transportadoras devem disponibilizar dois lugares nos serviços
90 tipo convencional, nos ônibus convencionais, ou no barco ou no trem, o beneficiário deve
91 dirigir-se a empresa com três horas de antecedência do horário da partida e solicitar
92 autorização de viagem. Excedida as três horas e não havendo interessado a transportar, a
93 empresa pode comercializar esse lugar. Caso a transportadora não disponha de lugares para
94 aquele dia e aquele horário, ela deve disponibilizar de acordo com o interesse do

95 beneficiário, outro horário ou a viagem para outro dia. O passe livre só tem validade no
96 serviço convencional, não podendo ser realizados nos carros tipo executivo ou leito e só
97 tem validade para as viagens interestaduais, não podendo ser utilizados em deslocamentos
98 intermunicipais ou urbanos. Também não existe restrição da quantidade de viagens. A
99 bagagem e os equipamentos de locomoção são transportados gratuitamente. Abrindo para
100 debate o conselheiro **Mauro Pena** (Sociedade Brasileira de Medicina Física e Reabilitação)
101 quis saber como é que funciona isso na ponta já que é médico do hospital dos servidores do
102 estado que é o Ministério da Saúde. Como vai ser feita essa divulgação para o médico? Via
103 direção do hospital, via NERJ que é o Núcleo do Ministério da Saúde do Estado do Rio de
104 Janeiro, ou isso vai ser feito por rede conveniada? O **Dr Magno** respondeu que o Programa
105 Passe Livre não distribui esse material em hospitais e não distribui aos médicos. Qualquer
106 interessado entra em contato com o Ministério via telefone ou por carta e será enviado o kit
107 por correio. Ele vai para as entidades diretamente ligadas às pessoas portadoras de
108 deficiência e ao próprio portador de deficiência, manifestado o interesse e no kit, tem um
109 envelope “porte pago” para devolver esse material ao Ministério. Ele vai devolver o
110 requerimento assinado onde ele faz a declaração de renda, o atestado médico que é assinado
111 por dois profissionais que é aprovado pelo Ministério da Saúde e a cópia de um documento
112 de identidade. O Ministério só procede a análise. O conselheiro **Sérgio** também se
113 posicionou dizendo que o que se quer é que o Ministério dos Transportes tivesse uma ação,
114 mais preocupada em relação à adaptação dos transportes que é o mais importante
115 principalmente para as pessoas que andam de cadeira de rodas. Também precisa ter um
116 critério, uma forma de fiscalizar, de saber se realmente essa pessoa tem carência financeira
117 pra que esse benefício não seja dado indiscriminadamente já que o critério financeiro está
118 presente aí. Em relação ao problema da acessibilidade agora saiu a legislação. Sobre a
119 renda, é recebida a documentação do usuário e emitida de acordo com ele. Se houver
120 alguma denuncia, nós encaminhamos o processo à Polícia Federal. **Conselheira Izabel**,
121 falou que a explanação foi muito clara e ela já mostra que algumas responsabilidades dizem
122 respeito a todos: ao Conade, a CORDE e as Associações. Como hoje já se tem um quadro
123 demonstrativo das solicitações não apenas das concedidas, acha que poderemos transformar
124 isso num estudo de impacto econômico que diz claramente: o acompanhante pode ser
125 incluído. Perguntou se o site já está acessível às pessoas cegas, no que tange ao passe livre

126 e se basta solicitar, que a companhia telefônica por determinação da Anatel, instala um
127 telefone para pessoas surdas que possam se comunicar diretamente com o posto de
128 atendimento. A outra colocação é sobre o numero de veículos convencionais que estão na
129 frota, que cada vez é menor então temos que ter alternativa pro carro executivo. E pra
130 completar havia saído uma orientação, do próprio Conade, para a descentralização, para
131 que pelo menos no nível estadual pudesse ser requerido e acha que essa descentralização
132 pudesse ser a tentativa de unificação, pelo menos no que tange ao transporte intermunicipal
133 que é de caráter estadual, então estenderíamos os mesmos critérios do interestadual para o
134 intermunicipal e isso através de um acordo com todos os estados da federação. O **Dr**
135 **Magno** respondeu que sobre a descentralização, o Ministério tentou e já comunicaram com
136 todos os estados por duas oportunidades e não tiveram um respaldo adequado por que o
137 passe livre implica em custo e o Ministério não tem condição de repassar esse custo. O
138 problema de unificar os dois é porque cada estado tem uma regulamentação e ele tem uma
139 competência. Os cortes de renda são diferentes. No Sul são dois salários mínimos e no
140 Nordeste o pessoal trabalha com um salário mínimo igual ao nosso, então existe diferença
141 das legislações. E o problema do site do Ministério acessível, realmente é uma coisa que já
142 devia ter sido feita e o telefone também. Isso aí realmente foi uma grande falha. Agradeceu
143 a sugestão dizendo que iam trabalhar em cima disso. A conselheira **Cândida** também se
144 posicionou insistindo numa ação que em 2001 tinham tentado intensificar de informar aos
145 médicos que isso é Lei e que precisam colocar o CID 10; Tem médico que não sabe nem
146 qual é o CID 10 pra colocar na deficiência física. Talvez valesse a pena o Conade, o
147 Ministério dos Transportes e Ministério da Saúde, fazer uma cartinha, lembrando aos
148 médicos da rede pública, do SUS, que isso é uma Lei. O Dr Magno disse que o ponto
149 colocado pela conselheira Cândida que realmente é o transporte intermunicipal, o estado do
150 Rio de Janeiro tem o passe livre; inclusive a legislação do passe livre do Rio de Janeiro é
151 mais abrangente. Complementando a fala do Dr Magno, o **Dr Veríssimo** esclareceu que a
152 Lei 10.233 reformulou todo o setor de transporte federal, inclusive já com a Constituição de
153 88 e a parte urbana já tinha praticamente saído do Ministério dos Transportes para o
154 Ministérios das Cidades. O transporte aéreo, sempre foi uma questão da aeronáutica e boa
155 parte das ações na área do transporte aquaviário está com a marinha, embora questões de
156 regulação a ANTAQ é que cuida. Nessa legislação ficou claro que o transporte de pessoas

157 tem que ser um transporte adequado ao usuário. O Decreto 2.521 rege o transporte
158 rodoviário e tem um artigo que diz que as pessoas com dificuldade de locomoção, crianças
159 e pessoas idosas, devem ser realmente auxiliadas no embarque e desembarque pelo
160 motorista. A questão do ônibus rodoviário, a ABNT já está fechando e já foi elaborado um
161 projeto. As adaptações de acessibilidade para o ônibus rodoviário, o Inmetro consta que já
162 está em andamento. O presidente, **Prof. Adilson** agradeceu os esclarecimentos trazidos
163 pelo Dr Magno e deu continuidade aos trabalhos com a **reestruturação das comissões**
164 proposta pelo regimento. Foram estabelecidos dois critérios. Um deles é a paridade das
165 comissões o segundo, se extrapolar o número de pessoas ou de conselheiros numa
166 determinada comissão o critério pra desempate é a permanência do conselheiro na comissão
167 que ele já estava. Foi lembrado a todos os conselheiros que o regimento interno diz que as
168 comissões permanentes devem ter no mínimo seis e no máximo oito representantes. A
169 **Comissão de Atos Normativos** ficou assim constituída: AMPIDE, OAB, Síndrome de
170 Dawn, Medicina Física, CORDE, Casa Civil, Ministério do Trabalho e Emprego e
171 Ministério da Justiça. **Comissão de Políticas Públicas.** Previdência, Educação, Saúde,
172 Desenvolvimento Social, Federação Nacional das Pestalozzis, APABB, CFSS e Adebev.
173 **Comunicação Social.** Abra, Fenapae, CNC, Fenes, Ministério da Cultura, Ministério das
174 Comunicações, Ministério dos Esportes e Ministério do Turismo. **Articulação de**
175 **Conselhos.** Ministério do Esporte, Conselho Estadual do Rio de Janeiro, Conselho
176 Municipal de Uberlândia e UBC. **Orçamento e Finanças Públicas.** Conselho Estadual do
177 Rio de Janeiro, Conselho Municipal de Uberlândia, Ministério das Relações Exteriores
178 União Brasileira de Cegos, Abraso, Confea. **Informes das Comissões Provisórias.**
179 Comissão Organizadora da Conferência. Mostrou a participação do Conade nas
180 conferencias municipais começando por Mafra em Santa Catarina que foi muito boa, Juiz
181 de Fora onde a recepção foi em grande estilo, já em São João do Meriti, foi uma outra
182 sensação pelo fato de ter sido na Baixada, para a zona do tiroteio mais foi muito
183 interessante a conferência. Em outras o professor Adilson também pode participar. Em
184 Fortaleza a reunião foi com o conselho Estadual do Ceará onde foi feito em conjunto o
185 regimento interno da etapa estadual. Agora será dada prioridade para as conferências
186 estaduais. Vai ter de Curitiba, Blumenau, Santo, Xanxeré, Livramento, Pelotas, Porto
187 Alegre, Passo Fundo, Camburiú e Aracaju. Foi mostrado o quadro das datas da estadual.

188 Outro ponto, é que precisamos da aceitação dos conselheiros, para serem relatores,
189 facilitadores e também participantes das etapas estaduais. A comissão organizadora
190 também está aguardando os painéis específicos de tribuna livre. Também foi falado sobre a
191 aprovação dos expositores e convidados que será na próxima reunião do Conade. Em
192 relação ao texto das entidades e ministérios sobre o tema central, o prazo foi prorrogado até
193 fevereiro de 2006. E a última parte é que já foram aprovadas as fichas de inscrição e vai ser
194 enviada pelo Conade para os Estados até final de novembro. O Sr Alexandre Baroni
195 questionou como é que está sendo a divisão dos delegados com relação à questão das áreas
196 da deficiência nos municípios. Se existe algum tipo de divisão de vagas para cada
197 deficiência. O presidente esclareceu que até o momento está sendo paritária a escolha entre
198 sociedade civil, governo e associações de deficientes sem predominância de uma área por
199 outra. O Dr Waldir falou sobre as dificuldades do estado do Pará e do Amazonas. No Pará
200 só oito municípios realizaram suas conferências, mais por questão política ainda não foi
201 possível em Belém, no entanto, está sendo visto a possibilidade para a realização em março.
202 A Dr^a Izabel ressaltou a necessidade de ter um prazo para os conselheiros dizerem das suas
203 necessidades em relação aos painéis para que se possa negociar a questão do local e qual é
204 a previsão de público para cada um desses painéis achando ainda que de imediato poderia
205 partir para alianças estaduais e aí ficaria tanto para o Confea que não está presente como
206 também para o Conselho de Serviço Social, para a Fenapae, Fenasp, que também tem uma
207 grande representação nacional, se organizarem e dizerem quando é que conseguem
208 promover a articulação em cada um dos Estados. **O Sr Sérgio** informou que o Estado de
209 Pernambuco através do Conselho Estadual está organizando a Conferência Estadual que vai
210 acontecer em março. Vão acontecer seis Conferências regionais que vão anteceder a
211 Conferência estadual. Estão recebendo o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social e
212 Cidadania, a qual o Conade está vinculado. Falou ainda que não tem necessidade nenhuma
213 de se deslocar uma pessoa de outro Estado gerando custo, para poder representar o Conade
214 que poderá ser perfeitamente representado por alguém do próprio estado. O Sr Marcos
215 Bandeira propôs um painel a respeito da deficiência auditiva oralizada com fonoaudiólogo
216 e palestrante para fazer palestra sobre implante coclear. A mesa orientou para que a
217 proposta fosse encaminhada à Comissão Organizadora que vai levar em conta já que é um
218 painel que diz muito respeito a sua pessoa. A Sr^a Ana Maria sugeriu enviar nessa relação de

219 articulação que vai para os Estados para incluir os Conselhos de assistência social e os das
220 capitais para motivar. O presidente lembrou ao grupo que estavam colocando uma série de
221 situações que não estão sendo contestadas, então estava entendendo, que depois será feito um
222 resumo, que são idéias aprovadas. O prazo que está sendo estabelecido para encaminhar
223 propostas para a elaboração do texto à Comissão organizadora é até 15 de dezembro. A Sr^a
224 Laura quis saber no caso do Cefes, ele tem os Conselhos regionais e como é uma temática
225 muito específica, precisaria saber em quais Estados isso não está acontecendo, quem é que
226 financia a realização disso tudo. A Sr^a Cândida esclareceu que o Regimento Interno diz que
227 nos Estados que não tem Conselhos estaduais, pode ser feito um fórum, uma plenária com a
228 presença do representante do Conade. O Sr Veríssimo lembrou que como essa é a última
229 reunião do ano deixava a sugestão colocada no planejamento estratégico para a Comissão
230 organizadora da Conferência nacional, sobre acessibilidade que está muito ligada também a
231 área de transportes que sejam convidadas as entidades participantes desse sistema de
232 transporte. **Comissão de políticas públicas.** O relator Sr Sergio apresentou as conclusões
233 do trabalho realizado na reunião da Conferência. O primeiro item diz respeito ao ofício da
234 Procuradoria da República do Estado do Paraná, programa de assistência ventilatória aos
235 pacientes portadoras de doenças neuro musculares, parecer ad referendum número 49/2005,
236 relatora Dr^a Sheila Miranda. O parecer da Comissão é o seguinte: o Ministério da Saúde
237 tem recurso específico para aquisição de equipamentos para programa de assistência
238 ventilatória aos pacientes portadoras de doenças neuro musculares que devem ser
239 demandados pela sociedade. Faltam informações quanto a demanda. Fica o
240 encaminhamento de maior publicização dessa ação onde o Conade por meio das
241 instituições, divulgará a população a disponibilização desse serviço pelo Ministério da
242 Saúde. Aprovado. Com relação aos procedimentos ambulatoriais que constam na FAEC
243 Estratégico, relativo ao atendimento das pessoas com deficiência, auditiva, reabilitação e a
244 deficiência mental, a proposta é que permaneçam nas ações extra teto não devendo ser
245 incluído no teto do Estado e municípios. A proposta da Dr^a Isabel é que o Conade elabore
246 um documento falando especificamente sobre isso. A proposta foi considerada como mais
247 um item agregado a esse parecer. O item dois: Cartilha da Procuradoria da República do
248 Estado de São Paulo. Tem ainda a pendência em relação ao parecer da cartilha da educação
249 inclusiva. A Comissão de Políticas Públicas fez esse parecer, aprovou, só que ele ainda não

250 veio para o pleno porque a Comissão de Atos Normativos também está avaliando a cartilha
251 para dar o seu parecer. Então a proposta da comissão é que sentássemos com a coordenação
252 de atos normativos para avaliar juntos os seus pareceres para tentar criar um parecer único.
253 No entanto houve pedido de vistas no processo e conseqüentemente o parecer da Comissão
254 de Atos Normativos em relação a essa questão da cartilha ainda não foi aprovado. Em razão
255 disso, teremos que aguardar que a Comissão de Atos Normativos aprove o seu parecer para
256 juntos vermos se existe a possibilidade de criar um único parecer ou se for muito
257 divergente, trazer os dois pareceres para ser votado no pleno. Item 3, referente o Ministério
258 Público Federal solicita sugestões e perspectivas concretas quanto ao acompanhamento e
259 avaliação da política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência e da
260 política de cultura e lazer relativamente à implantação de legendas nos filmes nacionais de
261 cinema. O parecer da comissão menciona as ações necessárias para implantação do Decreto
262 5.296 que prevê as condições de acessibilidade as pessoas com deficiência. Cabe informar a
263 população para acionar o ministério Público para assegurar os direitos previstos na
264 legislação. Ao conade é indicado fazer um comunicado as organizações da sociedade civil
265 reiterando as ações para acessibilidade as pessoas com deficiência e as sugestões propostas
266 no parecer. Ainda há a proposta de disseminar a cartilha sobre acessibilidade distribuída
267 pelo Senado às instituições indicadas pelo Conade com vistas a informar a população à
268 cerca dos seus direitos. A Dr^a Isabel disse que o decreto não contempla isso e devido a essa
269 questão o relator retornou para a comissão para que seja feita uma avaliação melhor. O item
270 4 referente a um ofício do Instituto Nova Visão (Inove) questionando o programa
271 Projovem, Programa Nacional de Inclusão de Jovens onde eles colocam que o programa
272 não estaria atendendo as pessoas com deficiência na inclusão desse programa. No artigo 1º,
273 o Projovem foi instituído através da lei 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou também
274 o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional de Juventude e no artigo 1º do
275 Projovem no parágrafo 2 diz o seguinte: “fica assegurado ao jovem portador de deficiência
276 a participação no Projovem e o atendimento de sua necessidade especial desde que atendida
277 a condição especial desse artigo” que é ter terminado a 4ª série e não ter concluído a 8ª, não
278 ter emprego, ter de 18 a 24 anos, estes são os critérios. Foi feito o parecer e trouxe para a
279 comissão. Nele a comissão concordou, deixar como está no artigo 1º parágrafo 2º, a pessoa
280 com deficiência sem necessariamente ter que estipular um número de cotas. Neste sentido,

281 o Dr Ricardo Tadeu do Ministério Público do Trabalho, esclareceu que basta ter essa
282 afirmação de que a participação está assegurada para que juridicamente se consiga cumpri-
283 la. A Dr^a Izabel ressaltou que o item que foi lido, foi incluído depois e com isso queria
284 trazer ao plenário uma questão ao seu ver grave, porque a Corde está trabalhando e o
285 Conade está trabalhando em separado na mesma coisa, estão trabalhando em paralelo. A
286 Sr^a Zélia disse que lá no Maranhão, os jovens já estão incluídos no programa. Ficou então o
287 alerta para que o Conade e a Corde estejam mais próximos e mais articuladas. Após toda
288 essa discussão o plenário decidiu que não vai mudar o parecer, vai mudar só o
289 encaminhamento. A Sr^a Cláudia deu um informe com relação ao processo de alteração da
290 resolução numero dois de 2001, que está tramitando no Conselho Nacional de Educação e
291 este conselho tem representação. É que esse processo está acontecendo no âmbito do
292 Conselho Nacional de Educação. O item a seguir é sobre elaboração de um instrumento
293 padrão, etapas, prazos, fluxos e procedimentos que viabilize o acompanhamento e avaliação
294 sistemática e eficiente das ações de cada ministério, considerando a especificidade de cada
295 um. Estamos trazendo esse questionário para que o pleno possa aprecia-lo e se possível,
296 aprova-lo para que a gente possa dar encaminhamento para os ministérios. O Doutor Mauro
297 Pena trouxe a proposta da Comissão de Reabilitação em relação ao prazo da mesma que
298 está terminando solicitando uma prorrogação de mais 120 dias para que ele possa
299 apresentar uma conclusão ou um parecer formalmente para ser apreciado pela plenária. A
300 proposta foi aprovada. Em seguida, foi proposta uma reunião extraordinária para dezembro,
301 ficando aprovados os dias 14 e 15. Voltando a apresentação da comissão, passou-se para o
302 item 7 que está relacionado com a questão dos questionários que é resposta do Ministério
303 da Educação, Comunicação ficando contemplado com a questão do questionário. O item 8
304 que é referente a reportagem publicada no jornal O povo e Diário do Nordeste sobre
305 educação inclusiva, sobre o direito a educação no Estado do Ceará. Foram várias
306 reportagens que vieram para o Conade e o conselheiro Sestaro fez uma análise. São
307 reportagem de denúncia, de falta de acessibilidade, de recusa de matrícula e o parecer da
308 comissão é que comuniquemos isso ao MEC e às Secretarias Estaduais de Educação dando
309 ciência desses acontecimentos para que sejam tomadas providencias. O último item é
310 referente a NOB – Norma Operacional Básica da Assistência Social. A proposta da
311 comissão é que seja repassado para cada conselheiro a NOB para que tomem

312 conhecimento, se aprofunde, façam os seus destaques, veja lá as questões onde estão
313 inerentes às suas especificidades e que a gente convide um representante da Secretaria de
314 Desenvolvimento Social e Combate à Fome para fazer os esclarecimentos para tirar todas
315 as dúvidas em relação a NOB. O presidente propôs que as comunicações das comissões
316 permanentes e provisórias para a extraordinária de dezembro fossem suspensas, e partissem
317 para os informes. A conselheira Regina Atalla informou que em relação à Convenção
318 Internacional de Direitos e Dignidade da Pessoa com Deficiência que ora se discute na
319 ONU pretende-se fazer um evento em São Paulo provavelmente nos dias 7, 8 e 9 para que
320 possamos reunir as principais lideranças brasileiras em dezembro e tirar uma posição
321 brasileira para estar representada em janeiro. A proposta é se houver um convite, tirar
322 alguém do Conade, além da CVI Brasil, que possa se interessar e se unir junto ao CVI
323 Brasil para pelo menos, se não levar todo o Conade ter uma participação mínima do
324 conselho. Outro informe foi da Dr^a Isabel em relação ao prêmio sobre políticas públicas e
325 pessoas com deficiência que o Brasil recebeu da Organização Internacional – CIR em Natal
326 e está entre os cinco mais inclusivos. O Brasil recebeu o convite para na próxima sessão da
327 ONU que começa no dia 16. O último informe foi do Sr Sergio sobre o Decreto 28379, que
328 foi assinado pelo Governador de Pernambuco em 20 de setembro que estipula 10% das
329 vagas de estágio para todos os órgãos do Estado para estudantes com deficiência e também
330 10% das vagas para as empresas prestadoras de serviço ao Estado, para pessoas com
331 deficiência. Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas, foi encerrada a sessão. E, para
332 constar, essa ata após lida e aprovada, será assinada pelo presidente.

333

334

335

336

Prof. ADILSON VENTIRA

Presidente do Conade